

## CRISE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID-19 EM MOÇAMBIQUE: o caso específico de Cabo Delgado

Tamar Aly<sup>1</sup> e Francisco Alar<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Católica de Moçambique (UCM), Moçambique

<sup>2</sup>Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), Moçambique

**A ser publicado na:** Rev. cient. UEM: Sér. ciênc. bioméd. saúde pública - ISBN 2307-3896

**Data de submissão:** 07/08/2020

**Data de aceitação:** 09/11/2020

**Data de publicação:** xx/xx/xxxx

**Como citar este artigo:** ALY, T., ALAR, F: Crise de desenvolvimento humano em tempos da pandemia da COVID-19 em Moçambique: o caso específico de Cabo Delgado. **Rev. cient. UEM: Sér. ciênc. bioméd. saúde pública.** *Pre-print*, 2020.

Este é um arquivo PDF de um artigo que sofreu aprimoramentos após a aceitação, como a adição da página de rosto, metadados e a formatação para facilitar a leitura, mas ainda não é a versão definitiva. Esta versão passará por revisão e edição de texto adicionais antes de ser publicada no seu formato final. Esta versão foi disponibilizada para fornecer visibilidade antecipada ao artigo. Observe que, durante o processo de produção editorial, podem ser descobertos erros que podem afetar o conteúdo.

Artigo original

## CRISE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID-19 EM MOÇAMBIQUE: o caso específico de Cabo Delgado

Tamar Aly<sup>1</sup> e Francisco Alar<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Católica de Moçambique (UCM), Moçambique*

<sup>2</sup>*Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), Moçambique*

**RESUMO:** A pandemia da Covid-19 chega numa altura em que se registava um desenvolvimento considerável nos indicadores de desenvolvimento Humano. A cada ano, o mundo progredia tanto a nível de acesso a Educação, quanto na longevidade e na estabilização da renda. Este progresso poderia não ser ao nível desejado, porém, revestia-se de um significado relevante por se tratar de um avanço de âmbito Social. O ano 2020 é marcado por várias inquietações de âmbito económico que afectam tanto o desenvolvimento como o seu crescimento. É na busca de uma análise económica do impacto da Covid-19 em Moçambique com base num exame da tendência dos indicadores do desenvolvimento humano que surge este estudo. Assumindo alguns dos indicadores básicos do desenvolvimento humano do PNUD, com destaque para a saúde, renda *per capita* e educação, o estudo envereda por uma abordagem quantitativa mista, com particular interesse por Cabo Delgado. Da análise da situação, concluiu-se que a COVID-19 influenciou na decadência dos Indicadores de Desenvolvimento Humano em todo o país, mas que a situação é pior na Província de Cabo Delgado por causa da situação de duplo flagelo: pela Covid-19 e pela guerra. A decisão de restringir os atendimentos médicos hospitalares está a causar uma ruptura social silenciosa e descontrolada, pois não se sabe o que pode estar a acontecer com as parturientes que tiveram alta das maternidades às pressas e aos milhares de doentes de malária que começa por não ser grave.

**Palavras-chave:** Covid-19, Desenvolvimento Humano, Pandemia.

### HUMAN DEVELOPMENT CRISIS IN THE CONTEXT IF COVID-19 PANDEMIC IN MOZAMBIQUE: the specific case of Cabo Delgado

**ABSTRACT:** The Covid-19 pandemic comes at a time when there was considerable development in the indicators of human development. Each year the world progressed in terms of access to education and in longevity as well as on income stabilization. This progress may not be at the desired level, however, it had a relevant meaning because it is an advance in the Social sphere. The year 2020 is marked by several economic concerns that affect both development and growth. It is in the search for an economic analysis of the impact of covid-19 in Mozambique based on an investigation of the trend in human development indicators that this study emerges. Assuming some of the basic of the UNDP indicators on human development, with emphasis on health, per capita income and education, the study adopts a quantitative approach mixed with qualitative, focusing on the case of Cabo Delgado. The study concludes that COVID-19 has contributed to the decline of Human development Indicators across the country, but that the situation is worse in the Province of Cabo Delgado due to the double scourge situation by the covid-19 and the war. The decision to restrict hospital medical care is causing a silent and uncontrolled social disruption, as it is unknown what may be happening to the pregnant women who are released from the maternity hospitals in a hurry and the thousands of malaria patients who at the beginning are not easily noticed as a serious disease.

**Keywords:** Covid-19, Human Development, Pandemic.

Correspondência para: (correspondence to:) tali@ucm.ac.mz

## INTRODUÇÃO

Este artigo se debruça sobre a crise no desenvolvimento Humano em tempos de COVID-19 em Moçambique, concretamente na província de Cabo Delgado. Toma como variáveis de reflexão alguns indicadores-chave de desenvolvimento Humano, tomando em consideração que estes são os mais afectados neste período.

Em termos metodológicos, o artigo é baseado numa pesquisa que recorreu a abordagem mista, que envolve elementos analíticos quantitativos e qualitativos, com enfoque descritivo aplicado à avaliação da tendência nos indicadores bases do desenvolvimento humano, entre eles o acesso à saúde, educação e renda. Em termos de técnicas de pesquisa, o artigo resulta de uma observação directa nos bairros e hospitais e entrevistas informais com membros de algumas comunidades na Cidade de Pemba (encontrados nos aglomerados em busca de assistência médica e nos locais de residência). Estas técnicas tiveram um forte suporte em fontes secundárias, como relatórios oficiais, discursos de dirigentes estatais, informes periódicos das autoridades sanitárias sobre a situação da Covid-19 e material bibliográfico sobre a temática.

Os indicadores de desenvolvimento Humano são os mais usados para medir o índice de desenvolvimento Humano de um país, região ou mesmo município. Os dados constantes das publicações do PNUD são estes indicadores, desenvolvidos por Amartya Sen, com o propósito de facilitar a comparação entre países, regiões e ou mesmo municípios com características similares em termos económicos. Porém, nesta pesquisa avalia-se especificamente o comportamento dos indicadores de Educação e Saúde em Cabo Delgado, uma das províncias que foi a primeira a registar um crescimento epidemiológico rápido e o primeiro caso de óbito de Coronavírus.

A Pandemia COVID-19 trouxe limitações de acesso à saúde, educação e renda per capita. Portanto, verifica-se retração de todas as actividades económicas e sociais em 2020, que, associada ao isolamento como forma de prevenção, tem impactos na produção de bens.

É por isso que em Cabo Delgado, um mês depois da Primeira promulgação do Estado de Emergência, os empresários ressentiam-se da redução drástica das suas receitas, com incalculáveis consequências sociais concomitantes.

Dados mais recentes apontam Moçambique como um país onde mais de 50 por cento da população é considerada pobre e vive abaixo de 1 dólar ao dia. Arante (2019) aponta que o número de moçambicanos em situação de pobreza extrema terá aumentado entre 55 e 60 por cento desde 2015, o que é corroborado pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF) que sugere que mais de metade da população é pobre.

A maior parte dos moçambicanos depende da produção diária ou da renda diária para o seu sustento. Nos tempos em que a COVID-19 assola o território moçambicano, muitos agricultores, apesar de continuarem a produzir para a sua sobrevivência se deparam com várias limitações para a comercialização dos seus produtos.

Como aponta Arante (2019), nos últimos anos, apesar da declaração do aumento nos níveis de pobreza, houve melhorias nos indicadores do bem-estar social, isto é, os níveis de bem-estar da população moçambicana registam melhorias significativas, embora persistam desafios.

A província de Cabo Delgado já antes da COVID-19, os seus índices de desenvolvimento humano já se encontravam comprometidos, não só em relação aos indicadores aqui arrolados, mas outros ainda essenciais como a acomodação, a paz e tranquilidade em consequência do estado de guerra resultante dos constantes ataques dos chamados “insurgentes”.

Esta província tem ainda a particularidade de ser onde está a ser desenvolvido um projecto gigantesco de gás em resultado da descoberta de um dos maiores jazigos na Bacia do Rio Rovuma. Foi exactamente no acampamento deste projecto onde se registou aquele que seria um dos primeiros cinco casos positivos da COVID-19. Muito rapidamente os casos chegaram a 80 e se

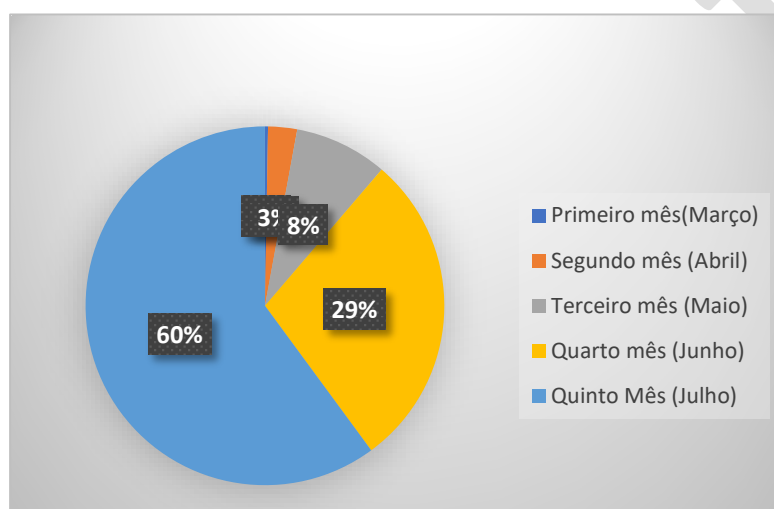
espalharam do acampamento Afungi, no distrito de Palma, para outros pontos da província, com destaque para cidade de Pemba.

## RESULTADOS

### O flagelo da Covid-19 em quatro meses

A evolução epidemiológica em Moçambique pode se considerar que foi a um ritmo controlado mercê das medidas de precaução tomadas precocemente tendo servido a experiência dos primeiros países que sofreram com a doença.

O Presidente da República, Jacinto Nyusi, na sua comunicação a nação por ocasião do fim da terceira e prorrogação do Estado de Emergência e última constitucionalmente permitida, foi exaustivo ao mostrar que a evolução da pandemia em Moçambique foi retardada comparativamente aos outros países da região e do mundo, embora o pico ainda seja uma incógnita.



Fonte: Adaptado - Comunicação do Presidente da República por ocasião do fim do Estado de Emergência de 29 de Julho de 2020.

**FIGURA 1: A progressão da pandemia de Março a Junho de 2020 no país**

O primeiro caso da COVID-19 no país foi registado a 22 de Março e até ao fim de Abril os casos subiram para 76, não atingindo, portanto a fasquia dos 100, considerada gravosa, pois, muito antes de se diagnosticar o primeiro caso algumas medidas preventivas já estavam em curso, e logo que o primeiro caso foi diagnosticado, foi decretado Estado de Emergência por 30 dias.

Tal como demonstra a Figura 1, o primeiro mês da epidemia (Março – Abril) representa 3% do total dos casos. Essa percentagem foi subindo progressiva e depois drasticamente para 8% e 29% em Junho. Veja-se que 60% dos 1.748 casos cumulativos registados até 29 de Julho ocorreram no último mês do Estado de Emergência. Nota-se que, depois de o número de óbitos se ter mantido por muito tempo em 11, em quatro dias subiu para 15, ao mesmo tempo que rapidamente foi ultrapassada a barreira dos dois mil casos cumulativos.

No caso particular de Cabo Delgado que sofre um verdadeiro duplo flagelo, os ataques dos insurgentes provocam a movimentação e deslocação das pessoas, sendo esse fenómeno que terá contribuído para a rápida propagação da doença dentro e fora da província de Cabo Delgado, como pode-se depreender da entrevista num dos campos de deslocados de Palma.

[...] Nós vivemos 23 pessoas compostas por duas famílias, nessa casa unicompartimental construída a pau-a-Piqui. Temos conhecimentos do Coronavírus mas, infelizmente nos encontramos numa situação que priorizamos o acesso a descanso. Temos acesso a alimentação que o governo nos dá composta por um saco de 50 quilogramas de milho, cinco litros de óleo e 10 quilos de feijão. Portanto, esta cesta básica será garantida durante três meses consecutivos e

posteriormente nos foi prometida uma senha que nos permitirá levantar alguns alimentos básicos numa loja não identificada por enquanto. (CHEFE DA FAMÍLIA 1 DA ZONA DA EXPANSÃO).

Uma aproximação para aquele campo de deslocado presta um visual particularmente desolador sob ponto de vista de medidas de protecção. Para além do facto de aquelas famílias serem provenientes de um dos pontos da província que registou os primeiros casos e onde se registou o maior aumento do número de infectados, as crianças brincam e convivem desprotegidas. A respeito deste aparente desleixo nas medidas de prevenção um outro entrevistado se pronunciou nos seguintes termos.

A prevenção do Corona vírus só é possível para a comunidade com residências e sossego [...] nos encontramos numa situação em que os métodos de prevenção não se adequa ao nosso estilo de vidas, nos fomos acolhido por de familiares e amigos e nem todos temos o mesmo comportamento, somos solidários e todos nos consideramos irmãos. Existem algumas pessoas que saem sem protecção e não perguntamos para ondem vão e com quem vão se encontrar. Se não temos casos de Corona aqui é pela graça de Deus (CHEFE DE FAMÍLIA 2 NA ZONA DE MAHATE).

### **A Evolução do Quadro Epidemiológico e suas Repercussões na Educação**

Percebe-se que nos países em desenvolvimento, a população, no cômputo geral, vive com base em arranjos económicos. No caso de Moçambique, a Educação do nível primário ao básico é gratuito. A partir do nível médio é requerida alguma taxa por cada aluno, que varia entre 600 a 750 Mt ao ano. Estes valores são referentes aos custos anuais e não tendo custos adicionais directos ao longo do ano.

A assistência sanitária é praticamente gratuita nos estabelecimentos públicos, onde a consulta é mediante uma senha de um metical e a medicação, qualquer que seja, quando há, está ao preço único de cinco Meticais.

Sem chamar para a análise outros indicadores questionáveis como os da qualidade desses serviços públicos de Educação e Saúde, numa situação normal, ou seja, fora de pandemias e de estado de guerra, seria considerado um bom índice de desenvolvimento humano. Porém, numa situação de duplo flagelo, em que a população da população de Cabo Delgado se encontra, tais facilidades não ajudam.

Na verdade, para o caso de Cabo Delgado e de algumas províncias do centro do país como Sofala se pode falar mesmo de triplo flagelo se aos factores ataques armados e pandemia da COVID-19 se juntarem aos recentes danos causados aos sistemas sanitário e educacional pelos ciclones IDAI, no Centro e KENNET em Cabo Delgado.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) (2019) aponta que os ciclones IDAI e KENNETH, que assolaram Moçambique e outros países do Sudeste africano em Março e Abril, afectaram milhões de pessoas e provocaram danos superiores a dois mil milhões de dólares norte-americanos. Na componente renda, salienta-se que os ciclones enfraqueceram a actividade económica, perturbando o funcionamento dos principais portos e adicionando pressão à inflação, aos saldos orçamentais e às balanças comerciais. De acordo com o relatório da situação 11 (2019), o número de pessoas afectadas pelo ciclone Kenneth chegou a 254.750, o número oficial de mortos foi de 45 pessoas e mais de 45.000 casas afectadas e parcial ou totalmente destruídas. Isto quer dizer que a pandemia do Coronavírus encontra as estruturas sanitárias danificadas, tornando o acesso aos serviços de saúde nas zonas afectadas pelo ciclone limitado.

Esta situação, para além de aumentar o nível de pobreza das comunidades, também criou danos na estrutura social e emocional na comunidade, ao que se juntam as destruições socioeconómicas resultantes da Covid-19.

### Na Perspectiva da Saúde e da Pobreza

No estágio normal, estudos empíricos garantem a existência de serviços básicos nas áreas de saúde e educação. Porém, neste período pandémico o acesso a saúde somente é reservado a assuntos pontuais como é o caso de doenças crónicas como HIV, tuberculose entre outras.

As Tabelas 1 e 2 ilustram a redução de pacientes nas unidades hospitalares da província de Cabo Delgado, como resultado da pandemia Covid-19. A ocupação de camas nas maternidades no ano 2020 na cidade de Pemba reduziu 905 casos comparativamente ao ano de 2019. Esta redução resulta da aplicação de medidas restritivas para diminuir o número de pacientes internados, como forma de mitigar a propagação da pandemia. Segundo informações das autoridades sanitárias, a estratégia adoptada para esta aparente redução consiste na diminuição dos dias de internamento das parturientes, o que em si só representa uma queda da assistência hospitalar.

O mesmo ocorre com os casos de malária. Sendo a doença que a Direcção de Saúde regista como uma das mais predominantes na cidade de Pemba, no ano de 2020 até o presente, registou uma redução de cerca de 16.277 casos, comparado com o ano 2019.

**TABELA 1: A tendência dos internamentos na área de Maternidade em Cabo Delgado (2019-2020)**

Distritos	Internados 2019	Internados 2020	Óbito 2019	Óbitos 2020
Ancuabe	641	246	14	7
Balama	321	140	5	2
Chiure	1051	503	4	12
Cidade de Pemba	1426	521	21	5
Ibo	24	13	0	1
Macomia	390	131	3	6
Mecufi	161	98	5	0
Meluco	127	38	1	0
Metugi	317	144	6	1
Mocímboa	320	28	1	0
Montepuez	1243	586	9	2
Mueda	380	106	6	1
Muidumbe	142	11	0	1
Namuno	274	177	2	1
Nangade	409	346	1	1
Palma	260	184	1	0
Quissanga	120	10	0	0
Total	7606	3282	79	40

Fonte: Tabela construída a partir de dados recolhidos na Direcção Provincial de Saúde

A tabela 2 demonstra uma tendência para uma drástica redução dos casos de malária atendidos nas unidades hospitalares. Um olhar distraído podia facilmente considerar como caso de sucesso. Porém, a realidade no terreno indica que as unidades sanitárias só atendem os casos graves, aconselhando os que apenas apresentam sintomas leves a recorrer às farmácias.

Tal situação se reflecte também numa aparente queda dos óbitos por malária registados nas unidades sanitárias. Na verdade, as pessoas acabam perdendo a vida fora do controlo estatístico sanitário, o que explica esta redução quase para metade nos últimos seis meses de 2020, comparativamente a igual período do ano passado.

**TABELA 2: Evolução de mortes por malária como deterioração da assistência sanitária**

Distritos	Internados 2019	Internados 2020	Óbito 2019	Óbitos 2020
Ancuabe	52.589	27.421	14	7
Balama	37.347	31.201	5	2
Chiure	56.851	59.795	4	12
Cidade de Pemba	41.797	25.520	21	5
Ibo	2.245	1.465	0	1
Macomia	28.395	17.976	3	6
Mecufi	28.495	19.053	5	0
Meluco	23.211	12.964	1	0
Metugi	36.514	23.653	6	1
Mocímboa	38.533	5.284	1	0
Montepuez	46.600	36.864	9	2
Mueda	29.763	15.474	6	1
Muidumbe	22.871	3.112	0	1
Namuno	30.628	34.227	2	1
Nangade	18.840	13.651	1	1
Palma	19.663	12.790	1	0
Quissanga	25.504	2.394	0	0
<b>Total</b>	<b>539.846</b>	<b>342.844</b>	<b>79</b>	<b>40</b>

Fonte: Elaboração própria, adoptada de dados da Direcção Provincial de Saúde

Esta interpretação pode ser fundamentada com a aplicação de correlação matemática, verificando a taxa de mortalidade por mil habitantes nos dois períodos. O resultado mostra que a taxa de mortalidade por malária não se alterou nos dois períodos, fixando-se em 0,1 por mil. Esta conclusão resulta de  $(79/539.846) \times 1000$  comparado com  $(40/342.844) \times 1000$  correspondente a divisão dos óbitos pela totalidade dos casos de malária atendidos em 2019 cujo resultado é multiplicado por mil para obter a taxa por mil. O resultado dos dois anos é igual, o que sugere que a morbidade não mudou, justificando-se o questionamento da aparente redução que só pode ser associada à COVID-19. Portanto, uma das consequências das medidas restritivas no atendimento a doenças não consideradas crónicas pode ser a massificação da automedicação dos doentes da Cidade de Pemba.

Em termos de análise sociológica, este cenário é vivido pelas mesmas pessoas que mesmo antes da COVID-19 não conseguiam o valor (6 Meticais) para o acesso à saúde. Agora, mais do que nunca, precisam muito mais do que esse valor para a aquisição dos medicamentos nas farmácias privadas. Como consequência os pacientes optam por duas vias: (a) recorrem aos meios naturais tais como o consumo de ervas consideradas curativas e que, como consequência, poderão desenvolver efeitos colaterais; e (b) as pessoas quebram o isolamento – o “fique em casa” - como forma de aliviar o sofrimento em busca de meios financeiros para aquisição de fármacos.

Um testemunho vivo foi nos prestado por uma cidadã entrevistada no âmbito desta pesquisa:

[...] sou empregada doméstica e recebo 3000,00 mensal, aqui no Centro de Saúde da expansão (maternidade), disseram que esse tempo só atendem casos urgentes e me aconselharam a comprar fármacos nas farmácias privadas.

[...] sou deslocado de guerra de Mengueleua, estou com dores de barriga e não tenho dinheiro nem para chapa, no hospital não se está a dar comprimidos, dizem que estão a mitigar a contaminação de COVID -19 e só atendem casos urgentes. E me aconselharam a me dirigir às farmácias privadas.

Os indicadores de Saúde são usados como ferramenta para identificar, monitorar, avaliar acções e subsidiar as decisões do gestor. Por meio deles é possível identificar áreas de risco e evidenciar tendências (FRACO, s/d).

Por conseguinte, faz parte dos objetivos estabelecidos pelo Plano Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde (PNDRHS 2016-2025) (2016), o aumento de disponibilidade e equidade de profissionais de Saúde competentes e com vocação e elevar o nível de satisfação, competência e vocação dos profissionais de Saúde para a prestação de serviços humanizados e de qualidade.

Se, por um lado, todas as atenções estão voltadas para a COVID -19, por outro, os pacientes que se aproximam ao hospital encontram-se em situações vulneráveis com risco de contaminação. Esta situação não somente trouxe a crise económica mais também, foi a guia da decadência de desenvolvimento e como de sempre a camada que apresenta mais vulnerabilidade são os mais pobres.

Como resposta à esta epidemia, estudos indicam que mais de 5 bilhões de pessoas não terão acesso aos serviços essenciais de saúde até 2030 - incluindo a capacidade uma consulta com um profissional de saúde - bem como o acesso a medicamentos essenciais e água corrente em hospitais. Aliás, as lacunas registadas nesta época pandémica não prejudicam apenas a saúde de indivíduos, famílias e comunidades. Elas também afectam a segurança global e o crescimento económico (GHEBREYESUS e URPIILAINEN, 2020).

Face a esta realidade, ressalta-se a seguinte questão: como poderá sobreviver a população que já vive com menos de 1 dólar ao dia? É uma questão desafiante a nível global. Por um lado, há necessidade de consciencialização da população para aprender a conviver com a situação e aderir aos meios de prevenção por forma a voltar-se à normalidade e consequente retomada das suas actividades anteriores desenvolvidas. No entanto, esta é uma visão optimista, pois tudo indica que nada voltará a ser como antes, sobretudo no que concernente aos serviços de saúde. Há, porém, alguma expectativa de que os pequenos empreendimentos que apoiavam a população podem reerguer-se rapidamente. Por outro lado, mais desafiador é, olhar para o presente contexto como uma oportunidade de redesenhar a vida tanto em termos de medidas higiénicas, assim como as relacionadas com a ampliação do uso das tecnologias de informação para uma Educação mais inclusiva e oportunidades de negócios a diversos níveis e áreas.

### **Na Perspectiva da Educação**

Na perspectiva de educação, face à pandemia que assola o mundo, o governo criou mecanismos visando conter a propagação do coronavírus e, dessa forma, manter as actividades curriculares. Por outro lado, o Governo de Moçambique estabeleceu um Estado de Emergência moderado, de nível 3, com alguma ponderação na área de educação tendo, para tal, permitido o uso de tecnologias de informação, reprodução de brochuras, telescola e aulas radiodifundidas. Adicionado a todos estes procedimentos, impôs um maior rigor no cumprimento, pela Polícia, das medidas de prevenção estabelecidas aquando da decretação de Estado de Emergência.

Esta pandemia assolou o país num momento em que a UNICEF (2020), afirma que o sistema de ensino moçambicano estava a combater os fracos resultados educacionais. Antes da pandemia, em 2016, apenas 4,9% dos alunos do 3º ano tinham capacidade desejada de ler e escrever; 26%, das crianças, dos 5 aos 12 anos de idade não frequentavam a escola; e três quartos (68%) das crianças dos 12 aos 13 anos não tinham concluído o ensino primário, com taxas que atingiam 86% em Cabo Delgado.

Dados referentes ao Ensino Geral o relatório do plano estratégico de Educação (2019) acentua que foram matriculados, em 2018 pouco mais de 7.2 milhões de alunos, representando um crescimento de 7,2% em relação a 2017 e uma realização do Plano de 103,5%. O crescimento foi mais acentuado no Ensino Secundário do 2ª ciclo (ES2), que atingiu 14,4%, seguido do Ensino Primário do 1º



Grau (EP1) que registou um incremento inesperado de 7%. À excepção do EP2, os outros níveis tiveram uma realização acima de 100%. A taxa líquida de escolarização aos seis anos situa-se em 93,1% (92,5% raparigas), superior à meta de 87,0%, mostrando que cada vez mais crianças estão a ingressar na escola na idade certa.

De acordo com Organização das Nações Unidas (ONU) (2020) aponta que mais de 1.5 bilhões de alunos não tem acesso a aulas presenciais devido a pandemia em mais de 160 países, 63 milhões de professores primários e secundários estão afectados pelo encerramento de escolas em 191 países.”. Presse (2020), descreve citando a UNESCO, que metade dos estudantes do mundo, ou seja, mais de 850 milhões de crianças e adolescentes, estão sem aulas.

No entanto, pode-se afirmar que a COVID-19 proporcionou muitas descobertas no uso de tecnologias mas, por detrás disto existe a situação da pobreza que provoca exclusão social, fazendo com que boa parte das pessoas não se beneficie das facilidades trazidas pela tal tecnologia. Neste sentido, a ONU (2020) aponta que as disparidades se aprofundam em países de baixa renda. Um dos exemplos é a África Subsaariana, onde 89% dos alunos não têm acesso a computadores em casa e 82 % não têm acesso à internet. Em metade da região, cerca de 56 milhões de alunos vivem sem ligação a redes de telefonia móvel. A agência destaca que telefones celulares permitiriam o acesso dos alunos a informações, a conexão com seus professores e uns com os outros.

Em Moçambique, informações do Instituto Nacional de Estatísticas (citado por Chiposse, 2020) indicam a existência de 8.3 milhões de alunos, distribuídos no ensino primário e secundário em todas as províncias e não estão somente nas cidades capitais, e o nível de pobreza desta comunidade é extrema. A avaliação feita pela mesma fonte indica que 6% da população vive em meios rurais e 33.4% vive no meio urbano. Destes, 69.8% vive em palhotas, apenas 22.2% tem acesso à energia eléctrica. Neste quesito, o restante da população recorre a outros meios de iluminação, tais como velas, painéis solares, bactérias, pilhas entre outras. 35% da população tem rádios e 29.1% tem TV. Resumidamente, 70.9% por cento da população não tem TV e não se encontram em condições de assistir telescolas, somada a percentagem dos que não dispõem de corrente eléctrica. Muitos destes não têm telefones sofisticados e nem computadores para acompanhar as aulas *on-line*, mesmo no ensino superior.

Perante a situação acima descrita, a UNICEF (2020) aponta que para dez milhões de crianças de Moçambique que já vivem nalgum tipo de pobreza, a COVID-19 significa uma pobreza mais extrema e prolongada e a negação dos seus direitos fundamentais. Os impactos potenciais a longo prazo no desenvolvimento humano das crianças far-se-á sentir com certeza nas perspectivas de desenvolvimento do país a longo prazo.

O ensino baseado nas tecnologias para o ensino superior e disponibilização de brochuras para o ensino primário, básico e médio em Moçambique devido a situação socioeconómico que se vive traz vários transtornos. A UNICEF (2020) descreve que a maioria das crianças em Moçambique não tem acesso aos canais de informação básicos, o que torna a transição para o ensino à distância extremamente difícil: 74% das crianças vivem sem electricidade e apenas 2% tem acesso à internet; 35% à rádio e 22% à televisão. O acesso à informação é ainda mais limitado para as crianças das zonas rurais.

O primeiro transtorno é a dificuldade financeira dos alunos e dos pais e encarregados de educação. Estudos feitos afirmam que grande parte dos alunos do ensino primário, básico e secundário dependem da renda *per capita* dos pais e encarregados de educação para a sua progressão escolar. Por sua vez, as empresas nesta época adoptam políticas de racionalização para reduzir as despesas mensais e uma das mais preferidas é a dos custos com pessoal, acabando por afectar directamente os alunos.

A segunda dificuldade é relativa aos estudantes do ensino superior que, muitos deles, dependem dos rendimentos mensais para suprir as despesas escolares e outros sobrevivem de pequenas

receitas que amealham com explicação remunerada que dão aos seus colegas. Nesta perspectiva, com o aparecimento da COVID-19, as explicações estão automaticamente suspensas como parte das medidas de prevenção.

Salienta-se que no caso particular de Cabo delgado, há que contar com os constrangimentos trazidos pelo ciclone Kennet, que já se encontrava na fase de recuperação, e os ataques terroristas.

Estes factores contribuíram para o aumento da pobreza e na compressão da componente humana em resultado da pandemia do Covid-19

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise da situação, concluiu-se que a Covid-19 influenciou na decadência dos Indicadores de Desenvolvimento Humano em todo o país, mas que a situação é uma das piores na Província de Cabo Delgado por causa da situação de duplamente flagelada pela pandemia do coronavírus e pela guerra.

A decisão de restringir os atendimentos médicos hospitalares está a causar uma ruptura social silenciosa e descontrolada, pois não se sabe o que pode estar a acontecer com as parturientes soltas das maternidades às pressas e aos milhares de doentes de malária que começa por não ser grave, deixando por isso de ser elegíveis para o atendimento nas unidades hospitalares públicas.

A pandemia chegou a Cabo Delgado numa altura em que as comunidades ainda tentavam reerguer-se dos danos causados pelo ciclone Kenned. Quer dizer, aquele povo duplamente afectado ainda se encontrava numa situação de dependência dos apoios humanitários. A pandemia só veio a agravar a sua vulnerabilidade.

Nestas circunstâncias, pode-se concluir que grande parte da comunidade da Província de Cabo Delgado não está preparada para enfrentar os custos adicionais de vida causados pela COVID-19. Por conseguinte, estes não conseguem suportar as despesas habituais devido as epidemias que assolaram nos últimos cinco anos.

Contudo, percebe-se que, o que deixou a comunidade em decadência nas componentes de desenvolvimento não foi somente o COVID-19 pois, esta pandemia encontra outras situações agravantes do ponto de vista dos indicadores de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ARANTE, E. **Índice de pobreza disparou em Moçambique**. Jornal o país Maputo, 17 de outubro de 2019.

CHIPOSSO, E. **Educação em Moçambique em tempos de Covid-19**: uma reflexão centrada nas escolas rurais, Jornal Txopela, 11 de Maio 2020.

DIRECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: **O Plano Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde** (PNDRHS 2016-2025), Termos de Referência para a Avaliação do Meio Termo do Plano Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Humanos da Saúde de Moçambique, Maputo. 2016.

FRANCO, J. L. F., *Indicadores de Saúde*, revista Unasus. (s/d).

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, *Estudos económicos e financeiros: perspectiva económica regional*, Jornal Noticias 21 de Maio de 2019.

GHEBREYESUS, T. A. & URPILAINEN, J. **Opinião: Covid-19 é crise de saúde que define nosso tempo**, 18 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/opini%C3%A3o-covid-19-%C3%A9-crise-de-sa%C3%BAde-que-define-nosso-tempo/a-53488244>

NYUSI, J. **Comunicação à Nação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, sobre o Termo do Estado de Emergência, no âmbito da Pandemia do Corona Vírus – Covid-19.** 29 de julho 2020. Maputo.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. (2020). *Educação, a Ciência e a Cultura*. Revista da ONU News, Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2020/04/1711192>. Acesso em: 10 de Abril de 2020.

PRESSE, F. Unesco: metade dos estudantes do mundo sem aulas por conta da Covid-19. Revista Globo. 18 de março de 2020.

PLANO ESTRATEGICO DE EDUCAÇÃO, Desempenho do sector de Educação, Maputo. 2019. Disponível em <https://www.globalpartnership.org/sites/default/files/document/file/2020-05-Mozambique-ESP-IR.pdf>. Acesso em: 04/11/2020.

UNICEF. **Os impactos da Covid-19 nas crianças em Moçambique** . 2020. *revista da Unicef* disponível em <https://www.unicef.org/mozambique/media/2521/file/Os%20impactos%20da%20COVID19%20nas%20crian%C3%A7as%20em%20Mo%C3%A7ambique.pdf>.